

# *A Noção de “Superioridade” Estadunidense na Política da Boa Vizinhança*

*Káaritha Bernardo de Macedo*

**Pertenencia Institucional:** Universidad do Estado de Santa Catarina-UDESC, Brasil.

**Resumo:**

Este artigo discorre sobre a Política da Boa Vizinhança (1933-1945), analisando como as noções de superioridade e excepcionalidade estadunidense, desdobramentos da doutrina do Destino Manifesto e integrantes de uma narrativa de identidade cultural desse país, serviram para articular uma posição de hegemonia sobre a América Latina nessa conjuntura. Para efeito deste trabalho, foram utilizadas fontes bibliográficas e pronunciamentos de agentes do governo estadunidense. Os principais autores que norteiam as discussões acerca da Política da Boa Vizinhança são Bryce Wood, Lars Shoultz, Frederick Pike e Gerson Moura; referências no tema. Apesar de revestir-se da personalidade de um zeloso “grande irmão” e Bom Vizinho, a política da não intervenção apregoada pela Boa Vizinhança significava apenas uma mudança para formas mais sutis e, talvez, mais eficientes de intervenção.

**Palavras chaves:**

Política da Boa Vizinhança – superioridade – excepcionalidade.

Este artigo tem como objetivo analisar como as noções de superioridade e excepcionalidade estadunidense, desdobramentos da doutrina do Destino Manifesto e integrantes de uma narrativa de identidade cultural desse país, serviram para articular uma posição de hegemonia<sup>1</sup> sobre a América Latina na conjuntura da Política da Boa Vizinhança. Para tanto, foram utilizadas fontes bibliográficas e pronunciamentos de agentes do governo estadunidense. Principalmente nos Estados Unidos, já se observa uma produção considerável em torno da pesquisa sobre a Boa Vizinhança, por esse motivo os principais autores que norteiam as discussões acerca da Política da Boa Vizinhança são os estadunidenses Bryce Wood, Lars Shultz e Frederick Pike; já na esfera nacional, destaca-se Gerson Moura, sendo que todos esses são referências no tema. A leitura desses autores foi dirigida a partir da perspectiva de que os Estados Unidos articulam suas relações com a América Latina, sustentando-se na crença de sua “superioridade” e “excepcionalidade”, debatidas sob uma perspectiva da política contemporânea por Meghana Nayak e Christopher Malone.

Até 1933, quando foi criada a Política da Boa Vizinhança (1933-1945), os Estados Unidos interferiram militar e economicamente sobre alguns países da

América Latina com a justificativa de proteger os cidadãos, as suas propriedades e para a promoção de governos democráticos (WOOD, 1967, p.5-6). Antes de se chegar à suposta cordialidade do Pan-americanismo pregado pela Boa Vizinhança, houve a Doutrina Monroe e o Big Stick como políticas direcionadas à América Latina, sempre associadas a uma perspectiva da própria cultura e do pensamento político estadunidense de que esse país estava “acima” dos demais países da América em uma escala política, cultural, econômica e de progresso. Tal condição lhes daria um status que consideravam o modelo de civilização a ser seguido, legitimando, por essa perspectiva, o direito à hegemonia<sup>2</sup> e uma espécie de poder de polícia internacional, a quem caberia manter a ordem no continente (F.D.ROOSEVELT, apud MOURA, 1986). A perspectiva da superioridade desse país tornar-se-ia um vetor da política externa em relação à América Latina, influenciando diretamente as culturas, economias e políticas com quem contracenavam.

Com o estabelecimento da Política da Boa Vizinhança e o acordo de não intervenção, o sentimento de superioridade não mudou; apenas as formas de articulá-lo. Tal política previa um conjunto de iniciativas do governo, aliado ao setor privado, que arquitetassem

<sup>1</sup> O conceito de hegemonia é entendido como uma forma de poder que se efetiva através da dimensão cultural, produzindo identidades construídas por meio de “representações que criam e dependem do seu Outro” (BALIEIRO, 2011, p.2). Para Antonio Gramsci, trata-se de uma liderança cultural e ideológica de uma classe sobre a outra, porém Raymond Williams observa que nenhuma hegemonia pode ser absoluta, ela comporta espaços de lutas em seu interior e por isso é dinâmica, precisa ser “continuamente renovada, recriada, defendida e modificada” (apud EAGLETON, 1997, p.52, 108). Terry Eagleton (1997, p.105) observa que a hegemonia é uma categoria que inclui a ideologia, mas deve ser reduzida a ela, podendo assumir diferentes formas, como econômica, política ou cultural.

<sup>2</sup> O conceito de hegemonia é entendido como uma forma de poder que se efetiva através da dimensão cultural, produzindo identidades construídas por meio de “representações que criam e dependem do seu Outro” (BALIEIRO, 2011, p.2). Para Antonio Gramsci trata-se de uma liderança cultural e ideológica de uma classe sobre a outra, porém Raymond Williams observa que nenhuma hegemonia pode ser absoluta, ela comporta espaços de lutas em seu interior e por isso é dinâmica, precisa ser “continuamente renovada, recriada, defendida e modificada” (apud EAGLETON, 1997, p.52, 108). Terry Eagleton (1997, p.105) observa que a hegemonia é uma categoria que inclui a ideologia, mas deve ser reduzida a ela, podendo assumir diferentes formas, como econômica, política ou cultural.

alianças comerciais, diplomáticas e políticas com os países da América Latina (LOCASTRE, 2010, p.91). A primeira etapa da Política da Boa Vizinhança, que abrange aproximadamente de 1933 a 1938, foi um momento para o estreitamento dos laços interamericanos e redefinição de uma política internacional amigável e diplomática, um momento de restauração da teoria do pan-americanismo com ações morosas e menos incisivas. Com o aproximar da Segunda Guerra Mundial, esta política ganhou nova importância, pois os Estados Unidos passariam a exercer forte pressão política e econômica com o intuito de conseguir o apoio dos países latino-americanos aos aliados, fosse “rompendo relações diplomáticas” com os países do Eixo, ou fornecendo “produtos primários (alimentos e minérios) a preços controlados” (AYERBE, 2002, p.63-64).

Assim, a segunda etapa da Boa Vizinhança, que durou até o fim da guerra, modificou suas formas de interpelação e adotou uma série de ações estratégicas em direção à América Latina, relacionando os campos político, econômico e cultural, principalmente no que dizia respeito ao desenvolvimento dos países latino-americanos nesses aspectos. Implementaram políticas sociais e econômicas para melhorar o padrão de vida de países da América Latina; cresceram os empréstimos, subvenções e assistência técnica para os governos da América Latina por agências governamentais em Washington, assim como os investimentos nas indústrias latino-americanas; ampliaram as ações do Banco Export-Import, que emprestava dinheiro para exportadores dos Estados Unidos e para países latino-americanos (WOOD, 1967, 283-361) desde que fosse destinado à compras “nos Estados Unidos ou em empresas do país instaladas na região” (AYERBE, 2002, p.64); realizaram programas de cooperação, auxílio e treinamento para as forças armadas latino-americanas, entre outras medidas

(LOCASTRE, 2010, p.91-92). Aqui, tratar-se-á do primeiro momento, priorizando o processo de diluição da Doutrina do Destino Manifesto em uma concepção naturalizada de superioridade, intrínseca às políticas externas dos Estados Unidos em relação à América Latina.

### ***Elementos de uma cultura de dominação: a superioridade e a excepcionalidade estadunidense***

Segundo Lars Schoultz (2000, p.14), a política externa dos Estados Unidos podia ser explicada como uma combinação entre autointeresse e a obrigação de auxiliar as civilizações mais fracas a superar suas deficiências, assim como os preceitos do “Fardo do Homem Branco”, dos ingleses; e da “mission civilisatrice”, dos franceses. Inevitavelmente, a autopercepção de superioridade dependia da existência de povos considerados inferiores. Os estadunidenses levaram em consideração as opiniões de Rudyard Kipling que, em seu poema de 1899, “The White Man’s Burden” (O fardo dos homens brancos), apregoava que “brancos civilizados” deviam assumir a árdua tarefa de disseminar a (sua) “civilização” e aceitar os vários anos de ingratidão que viriam desses povos (PIKE, 1993, p.258). Assim como a “mission civilisatrice”, ambas as expressões sintetizam o “processo pelo qual um povo superior ajuda uma civilização mais fraca a superar os efeitos perniciosos de sua triste deficiência” (SCHOULTZ, 2000, p.14).

No século XIX, a doutrina do Destino Manifesto foi resultante do trabalho de reflexão daquela sociedade sobre ela mesma e produziu, por sua vez, o embasamento teórico e a racionalidade política necessárias a tal supremacia, juntamente com o direito de se sobrepôr e de assolar outros povos e culturas. O Destino Manifesto consistiu no “desejo de espalhar a civilização para as novas terras de extensão não

especificada, ocupadas por raças [consideradas] subumanas que poderiam muito bem perecer durante a tentativa de civilizá-los”<sup>3</sup> (PIKE, 1993, p.102, tradução nossa). Os Estados Unidos e seu povo teriam sido eleitos por Deus para cumprir a “missão excelsa” de levar a civilização aos povos bárbaros (JUNQUEIRA, 2000, p.79) e teriam o destino “divino” de guiar as outras nações, de colocar “ordem” no mundo e transformá-lo à sua imagem (NAYAK, 2009, p.254, 260). Por essa ótica, a dominação se travestia em uma obrigação moral de agir em proveito dos povos “inferiores” que cobiçavam. Em um pronunciamento, o Senador Albert Beveridge (apud SCHOULTZ, 2000, p.111-112) foi capaz de traduzir essa incumbência divina, que culminava com uma espécie de paternalismo utilitário e colocava os povos da língua inglesa como organizadores do mundo:

Ele [Deus] nos fez os senhores organizadores do mundo para estabelecer o sistema onde reina o caos. Ele nos deu o espírito do progresso para sobrepujar as forças da reação através da terra. Ele nos fez adeptos do governo para que possamos administrar governo entre povos selvagens e senis. Não fosse por esta força este mundo tombaria no barbarismo e na noite. E de toda nossa raça, Ele assinalou o povo americano como Sua nação escolhida para finalmente levar à regeneração do mundo. Esta é a missão divina da América, e ela nos proporciona todo o ganho, toda a glória, toda a felicidade possível ao homem. Nós somos os fiadores do progresso do mundo, guardiões da paz justa.

Estas ideias atribuíam um caráter único e excepcional aos Estados Unidos que o diferenciava qualitativamente dos Outros, justificando “a conquista e a ocupação de outros territórios e a hierarquia racial que privilegia anglo-saxões”<sup>4</sup> (NAYAK, 2009, p.254). Durante

a expansão dos Estados Unidos, principalmente entre 1820 e os anos 1840, os primeiros alvos do Destino Manifesto foram as populações nativas indígenas, passando em seguida para a população do território mexicano e, conseqüentemente, para os latino-americanos em geral. Para se constituírem divinos, bons e superiores, os Outros, que impediam a expansão, deviam ser amplamente reconhecidos como diabólicos, maus e incapazes de se autogovernarem; sobretudo, precisavam ser salvos de si mesmos. Assim, a justificativa da expansão era embasada e racionalizada principalmente à custa da pseudo-superioridade e perfectibilidade dos valores estadunidenses (NAYAK, 2009, p.257), bem como pelas caracterizações negativas que se cristalizaram em estereótipos dos indígenas e dos latino-americanos (PIKE, 1993, p.93). Dessa forma, a suposta natureza desses povos os tornava permanentemente “nações dependentes”, que surgiam no caminho da hegemonia predestinada aos Estados Unidos.

Ultrapassados os primeiros momentos da expansão territorial, o Destino Manifesto se diluiu e foi incorporado pelo sistema de representações que regia a autoimagem estadunidense e as suas decisões políticas. Gradualmente, os estereótipos do índio mau migraram para os “novos” Outros, os latino-americanos, fundindo-se às suas imagens. A carta de 15 de fevereiro de 1918, do democrata Boaz Lang, enviado por Washington a Cuba, ilustra o entendimento que se tinha a respeito da América Latina, o patamar em que os Estados Unidos se colocavam e o senso de responsabilidade que vinha com essa posição. Boaz Lang escreveu ao Secretário de Estado Lansing que

A extensão de nossas influências sobre esses povos menos favorecidos, com a idéia (sic) de educá-los e regular e melhorar seu desenvolvimento agrícola e comercial, e torná-los bons cidadãos para uma democracia, envolve uma tarefa

<sup>3</sup> “The desire to spread civilization into the new lands of unspecified extent occupied by subhuman races who very well might perish in the endeavor to civilize them” (PIKE, 1993, p.102).

<sup>4</sup> “(...) the justifications for conquering and occupying territories, and the racial hierarchy that prioritizes Anglo-Saxons” (NAYAK, 2009, p.254).

colossal, mas que não é indigna de uma política americana esclarecida (apud SCHOULTZ, 2000, p.332).

Para L. Schoultz (2000), o estigma em relação aos latino-americanos se consolidou justamente na virada para o século XIX e se estabeleceu dentro de um mind-set que concebe os Estados Unidos superior, civilizado, protestante e branco, e a América Latina desqualificada como inferior, subdesenvolvida, católica e mestiça. O conjunto de ideias do século XVIII se disseminou e progrediu de forma lenta e constante. Ao final do século XIX, como afirma Mary Anne Junqueira (2000a, p.i), os estadunidenses já tinham a certeza de sua superioridade e supremacia em relação aos latino-americanos, sendo que essa forma de tratamento era algo natural para os funcionários do Departamento de Estado. Dentro desse esquema mental que se iniciou há mais de dois séculos atrás—ainda que susceptível a transformações—, foi estabelecido um lugar para a cultura latino-americana sempre no degrau mais baixo, ativador de gatilhos para se pensar e interpretar a América Latina em uma relação assimétrica de opostos que pende valorativamente para o lado estadunidense (JUNQUEIRA, 2000a, p.i).

Em vista disso, Ana Maria Mauad (2005, p.46) afirma que “a doutrina do destino manifesto foi a base sobre a qual a cultura política norte-americana cunhou sua autoimagem, fundamental para a elaboração do mito americano”. Frederick B. Pike (1993, p.102) defende que o princípio do Destino Manifesto, de certa forma, sempre fez parte do mind-set estadunidense. No mesmo sentido, Meghana V. Nayak e Christopher Malone (2009, p.254) entendem que a noção de um “excepcionalismo” dos Estados Unidos— inicialmente expresso pelo Destino Manifesto—, faz parte de uma narrativa de identidade cultural estadunidense e da forma como se constituíam como sujeitos. Desse modo, os autores entendem que o “excepcionalismo” enraizado em seu pensamento

político, influenciando extraordinariamente as motivações por trás de sua política externa, seu desenvolvimento e articulação enquanto nação, apresenta-se como fundamental na construção de um poder hegemônico (e normativo) nas relações políticas travadas.

Tal noção de superioridade se constituiu dentro de um complexo sistema de representações e valores, que passou a ser partilhado por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade, orientando uma visão de mundo, do lugar que ocupam nele, de práticas, comportamentos e decisões políticas e, fundamentalmente, integrando uma narrativa identitária coletiva. A noção de superioridade como parte de uma cultura política é mobilizada a partir de um conjunto de artefatos, como “mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual” (ver MOTTA, 2009, p.21-22); um sistema simbólico de representações constitui essa autoimagem que fornece uma leitura particular do passado e serve como guia para as expectativas e projetos de futuro, já que é a imaginação de um futuro a ser atingido que move as ações humanas (ver BACZKO, 1985, p.298). Na medida em que os Estados Unidos se reconhecem a partir dessa perspectiva de superioridade, isso implica na legitimação de um posicionamento político imperialista permeado pela violência material e cultural, que perduraram longos anos.

O projeto de futuro alicerçado nas relações internacionais do começo do século XX, ora se justificava pela preocupação com a segurança nacional, ora pela busca de ganhos financeiros, o que implicava na necessidade de ampliação e consolidação do mercado externo (SCHOULTZ, 2000, p.v). Nessa conjuntura, a “ordem” continental que estava sendo proposta, na

prática, ligava-se diretamente ao intervencionismo e à diplomacia do Big Stick, conhecida em português como o Grande Porrete e corolário da Doutrina Monroe praticada por Theodore Roosevelt. O nome da política que já levava o “porrete” no nome deixa claro que o uso da força bruta fazia parte dessa abordagem internacional.

Entretanto, com a Depressão ocorrida nos anos 1930, os Estados Unidos precisavam se recuperar, portanto esse modelo já não estava sendo tão vantajoso aos interesses do país. A abordagem de intervenção e violência vinha criando uma antipatia generalizada no continente e, conseqüentemente, prejudicando os acordos comerciais com o país. As violentas intervenções na República Dominicana, Haiti, Cuba, Panamá e Nicarágua causaram forte impacto negativo sobre a América Latina, bem como sobre a política externa que Washington vinha adotando (PIKE, 1993, p.260-261). Bryce Wood (1967, p.6) aponta que a intervenção na Nicarágua e os conflitos que vinham surgindo com o México foram o ponto de virada para a política de não intervenção, quando o governo em Washington percebeu que sua política não estava mais adequada a lidar com as novas situações do hemisfério. Mesmo depois da retirada das forças armadas da Nicarágua e da presença dos fuzileiros navais em Cuba apenas para propósito de embarcação, os latino-americanos ainda não estavam convencidos de que a intervenção tinha sido abandonada (WOOD, 1967, p.118). Assim, os países latino-americanos passavam a reclamar formalmente nas esferas políticas o direito à sua autonomia e o descontentamento contra a ocupação estadunidense, exigindo ações legais que garantissem a não intervenção, e não apenas as palavras dos representantes do governo dos Estados Unidos.

Em fins da década de 1920, o presidente estadunidense Coolidge chegou à conclusão de que “o policiamento da América Central não foi tão fácil quanto parecia e que conduziu ao ódio nacionalista contra os Estados Unidos”<sup>5</sup> (PIKE, 1995, p.167). As forças armadas aplicadas principalmente na América Central eram muito fortes, inflexíveis e dispendiosas, considerando que no momento pós-Depressão era necessário economizar, elas também não promoveram a proclamada democracia e não foram capazes de mudar a “natureza primitiva” dos latino-americanos (WOOD, 1967, p.6; PIKE, 1993, p.261). Somado a esses fatores, nesse período (começo dos anos 1930) havia a progressiva concorrência da Alemanha nazista na América Latina. Ela crescia comercialmente, porque vinha praticando um comércio de compensação, ou seja, de um produto por outro sem a necessidade do uso de moedas como a libra ou o dólar, e crescia também política e ideologicamente, porque mobilizava afinidades com alguns governos latino-americanos (MOURA, 1986).

Logo, novos instrumentos precisaram ser criados para que o controle sobre a região pudesse ser mantido e os lucros voltassem a subir para os Estados Unidos (WOOD, 1967, p.5-7), afinal, “um mercado que produzia tudo em massa: automóveis, aspiradores de pó, rádios, refrigeradores e alimentos (...) [precisaria] sempre [de] algum sucker<sup>6</sup> pronto para comprar as bugigangas que

<sup>5</sup> “Policing Central America was not as easy as it had seemed and that it prompted nationalist hatred of the United States” (PIKE, 1995, p.167).

<sup>6</sup> Conforme o Dicionário Michaelis de Inglês Online, nesse caso o sentido de Sucker é “bobo, trouxa”, como uso do termo, seguem as expressões: “**there’s a sucker born every minute** os trouxas nunca acabarão. **to play the sucker** bancar o trouxa, fazer papel de bobo. **tobe a sucker for something** ser incapaz de resistir a, não conseguir resistir a.” Disponível em:

se produziam” (TOTA, 2005, p.32). Com o encolhimento do comércio interno e o mercado europeu se fechando, os suckers mais próximos estavam na América Latina. Franklin Delano Roosevelt precisava resguardar os interesses dos empresários estadunidenses alocados na América Latina e, simultaneamente, incentivar as exportações dos Estados Unidos. Para isso, seria necessário negociar com os vizinhos “tratados de reduções recíprocas de tarifas” comerciais (SCHOULTZ, 2000, p.337).

### **Somos Todos Bons Vizinhos**

Mediante tais circunstâncias, em 1933 o presidente F.D. Roosevelt (apud SCHOULTZ, 2000, p.338) anunciou: “A política definitiva dos Estados Unidos daqui por diante é uma política oposta à intervenção armada”. Estava declarada a Política da Boa Vizinhança para com a América Latina, pois deixar de usar a força bruta era a condição mínima para ser um bom vizinho. A perspectiva da superioridade estadunidense se manteria como orientadora das decisões políticas, todavia, sob novas feições. Em linhas gerais, a Boa Vizinhança tratava-se de uma política de troca de mercadorias, valores e bens culturais entre Estados Unidos e os países da América Latina (MOURA, 1986). Mas os Estados Unidos não aderiram como um todo ao Pan-Americanismo; principalmente os Estados sulistas, como forte representatividade no Senado, faziam oposição aos seus ideais. Os produtores da região sul do país temiam a concorrência da América Latina na comercialização de seus principais gêneros agrícolas: cereais, açúcar, tabaco e algodão. Mas os Estados do norte e nordeste, com alta industrialização, interpretavam a América Latina como um promissor mercado e enxergavam na arena política

um jogo para substituir a influência dos fornecedores europeus (DULCI, 2008, p.26).

Apesar de os presidentes estadunidenses anteriores como Hoover e Coolidge terem iniciado o processo, foi o presidente Franklin Delano Roosevelt quem deu profundidade e popularizou a Política da Boa Vizinhança na América Latina e em seu próprio país (WOOD, 1967; PIKE, 1995).

A política tinha como fundamento o não intervencionismo, a igualdade jurídica entre as nações, a promoção do bem-estar na América e a reciprocidade - a última, mais requisitada com a aproximação da Segunda Guerra Mundial. A Política da Boa Vizinhança previa que os Estados Unidos abandonassem a política de intervenção na América Latina, reconhecessem a igualdade jurídica entre todas as nações da América, aceitassem consultas para resolver problemas entre as nações e cooperassem com a promoção do bem-estar dos povos do continente (MOURA, 1986). Segundo Gerson Moura (1986), “os métodos mudaram, mas os objetivos permaneceram os mesmos: minimizar a influência européia (sic) na América Latina, manter a liderança norte-americana e encorajar a estabilidade política do continente”.

A ideia do pan-americanismo na América foi inicialmente proposta pelos idealizadores da política externa dos Estados Unidos em 1823, a partir da Doutrina Monroe, em oposição à Santa Aliança. Tratava-se de uma forma de consolidar a união interamericana (DULCI, 2008, p.11) e “a solidariedade continental e afirmar a não intervenção européia (sic) no continente americano” (VIANA FILHO, 1980, p.7). Seus princípios eram: “a) o continente americano não pode ser objeto de futura colonização; b) é inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos e externos

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=sucker>>. Acessoem: 25 mar. 2013.

de países americanos; c) os Estados Unidos se absterão de intervir nos negócios pertencentes aos países europeus” (VIANA FILHO, 1980, p.7).

Em torno dessa proposta se organizaram as Conferências Pan-Americanas, realizadas em capitais da América entre 1889 e 1948. Ali foi plantado o lema da Doutrina Monroe, “América para os americanos”, que apregoava a “americanização da América” (DULCI, 2008, p.11, 26). A primeira conferência foi realizada em Washington e visava discutir “os métodos de prevenção de guerra entre as nações da América” (Secretário de Estado James Blaine, apud SCHOULTZ, 2000, p.317). Com a gestão de Theodore Roosevelt, o Pan-Americanismo tendia à ratificação do continente de uma “hegemonia protetora dos Estados Unidos” (VIANA FILHO, 1980, p.7). Articulada em benefício desse país, a política do Big Stick validava seus interesses e dava a esse país o direito de intervir militarmente nos demais países da América com o pretexto de defendê-los da Europa e outras potências estrangeiras. Essa política, contudo, não passaria sem reprovação, sendo duramente criticada por anos nas Conferências Pan-Americanas por intelectuais e políticos latino-americanos. Com a Política da Boa Vizinhança os Estados Unidos reestruturaram sua política externa em relação à América Latina.

Assim, a intenção de manter uma posição de hegemonia no continente permanecia; o que mudaria, sutilmente, seriam as estratégias para atingi-la. Com a nova política, a condição hierárquica de evolução que colocava os Estados Unidos no topo ficaria acobertada pelo termo “Grande Irmão”, eternizado por F.D. Roosevelt, criando uma expectativa de superioridade protetora. Os Estados Unidos reduziam as tarifas para importação dos produtos “tropicais”, enquanto os países latino-americanos diminuía a proteção contra a

entrada de indústrias estrangeiras. Aliado a outras iniciativas, o resultado foi uma crescente vinculação da economia de alguns países da América Latina aos Estados Unidos, enfatizando a postura dominante desse país (SCHOULTZ, 2000, p.338). Como esclarece Ana Maria Mauad (2005, p.45), havia o claro

Interesse, por parte do Departamento de Estado dos EUA, em consolidar a presença norte-americana na América Latina através de acordos comerciais, planos de cooperação internacional e, por fim, de alianças políticas que garantissem a hegemonia dos Estados Unidos na região.

Sem a violência institucionalizada pelas políticas anteriores, uma combinação de fatores políticos e não políticos foi operada a fim de criar a simpatia e a boa vontade dos países latino-americanos para com os Estados Unidos. Até 1938 o projeto caminhava lentamente, tentando minimizar as cicatrizes deixadas pelas abordagens antigas e, ainda assim, incentivando os laços comerciais com os empresários ianques. Dentre os países latino-americanos, segundo Bryce Wood (1967, p.308), apenas a Argentina se mantinha à distância.

Para fazer brotar a solidariedade e a fraternidade pan-americana entre os países à Boa Vizinhança, seria necessária mais que uma centelha de respeito do Tio Sam, o sentimento de igualdade e práticas que a consolidassem deveriam ser cultivadas. Nesse processo de aproximação, a nova escola de antropologia cultural, cujos expoentes eram Franz Boas e a florescente teoria do pluralismo cultural, teria grande importância sobre os desdobramentos da Política da Boa Vizinhança e da doutrina que a subsidiou. F. Boaz apregoava que as culturas são transmitidas pelos meios e não pela raça. Assim, o pluralismo cultural—renomeado multiculturalismo na década de 1980—anunciava que as influências culturais não são geneticamente determinadas, mas são transmitidas exogenamente pelo



meio e pela complexidade de instituições e pessoas que cercam um sujeito e englobam o processo de “socialização”, informando-o dos códigos de conduta e valores desenvolvidos por todas as gerações anteriores daquela sociedade (PIKE, 1993, p.263). Portanto, para os antropólogos não havia “estágios culturais”, apenas a “multiplicidade de culturas”, o que contrastava fortemente com a própria autoimagem estadunidense, que manifestamente declarava que os latino-americanos estavam abaixo em uma escala de civilização.

Não obstante, para um segmento da esfera política a teoria soava como uma racionalização dos novos acordos firmados, uma justificativa formal e acadêmica para a recente amizade com os “ex-bárbaros”. Concomitantemente, significava que seria necessário aprender a tolerar o Outro como igual, ou ao menos compor uma representação de igualdade. O esforço fica evidente em uma das declarações de F.D. Roosevelt durante a emergência da Boa Vizinhança, em que ele observa que “os latino-americanos pensam que são tão bons quanto nós e muitos deles são”<sup>7</sup> (apud PIKE, 1993, p.266, tradução nossa). Para os ouvidos estadunidenses, particularmente dos políticos e grandes empresários, a frase estabelecia uma grande concessão, sem deixar de identificar que o padrão de excelência continuava pairando sobre os estadunidenses e apenas alguns selecionados são capazes de equiparar-se.

O sentimento da supremacia cultural estava cada vez mais arraigado como parte de uma narrativa identitária estadunidense, e dessa forma se constituíam como sujeitos, no confronto com o outro, índio, latino-americano. Mas, como explicava em 1927 o jornal de larga circulação The New York Times, não seria lucrativo

<sup>7</sup> “LatinAmericansthinkthey are just as good as we are andmanyofthem are” (PIKE, 1993, p.266).

anunciar tal superioridade; “Mesmo que não possamos fugir do sentimento em nossos corações extremamente superiores aos deles, não é inteligente ou lucrativo, tratá-los de modo que possam se reconhecer inferiores”<sup>8</sup> (The New York Times, 26 jan. 1927, apud WOOD, 1967, p.307, tradução nossa).

Assim, para que as relações internacionais tivessem continuidade, uma mudança de postura foi necessária. O discurso direto de superioridade, ainda presente na frase anteriormente citada de Roosevelt, aos poucos deixou de ser mediado por termos como “massas ignorantes” nos relatórios diplomáticos sobre a América Latina (WOOD, 1967, p.307). Ao contrário, os atos diplomáticos passariam a ser referir aos “bons vizinhos e tratariam de relações fraternais, em que os Estados Unidos, sem abandonar o topo da hierarquia familiar, se intitulariam o “Grande Irmão”, haja vista um discurso da campanha presidencial de 1920, em que F.D. Roosevelt proferiu: “Nós somos o grande irmão dessas pequenas repúblicas”<sup>9</sup> (apud WOOD, 1967, p.307, tradução nossa). Mesmo assim, os jornais não deixavam de caracterizar a América Latina como “os “países ao sul de nós”, ou seja, o “resto da América” (DULCI, 2008, p.37).

### **Considerações Finais**

A noção de superioridade estadunidense se constituiu dentro de um complexo sistema de representações e valores que passou a ser partilhado por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade, orientando uma visão de mundo, do lugar que

<sup>8</sup>“Even if we cannot scape the feeling in our hearts vastly superior to them, it is neither wise nor profitable to treat them as if they were acknowledged inferiors” (The New York Times, 26 jan. 1927, apud WOOD, 1967, p.307).

<sup>9</sup> “We are in a verytruesensethe big brotheroftheselittlerepublics” (apud WOOD, 1967, p.307).

ocupam nele, de práticas, comportamentos e decisões políticas (BERSTEIN, 2009, p.31); fundamentalmente, integrando uma narrativa de identidade coletiva daquele país. Mobilizada a partir de um conjunto de artefatos, como “mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual”, essa autoimagem passou a fornecer uma leitura particular do passado, servindo como guia para as expectativas e projetos de futuro e, concomitantemente, legitimando, a partir desse vasto repertório, o posicionamento político imperialista permeado pela violência material e cultural que perdurou longos anos (MOTTA, 2009, p.21-22).

Revestindo-se da personalidade de um zeloso “grande irmão”, surge novamente o espírito do país com a missão de proteger os irmãos mais fracos, com o progresso e a capacidade de organizar/consertar o mundo ao seu redor. Mas por trás dessas ações, a principal preocupação era realmente a própria segurança dos Estados Unidos. Nas entrelinhas, a política da não intervenção significava apenas uma mudança para formas mais sutis, e talvez, mais eficientes de intervenção.

Por meio das novas abordagens e dos objetos não estritamente políticos (ver BERSTEIN, 2009), particularmente todo o aparato da indústria cultural que viria com maior ênfase na segunda etapa da Política da Boa Vizinhaça, tentava criar um mecanismo que veiculasse constantemente um sistema de representações legitimador da postura dos Estados Unidos.

## **BIBLIOGRAFIA**

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, EDMUND et ALII. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BERSTEIN, Serge. *Culturas Políticas e historiografia*. In AZEVEDO, Cecília et al (orgs.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P.29-45.

DULCI, Teresa M. S. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. 2008. 134 f. *Dissertação (mestrado)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: Ed. da USF, 2000.

\_\_\_\_\_. *Apresentação*. In SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão, uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. (Tradução Raul Fiker). Bauru, SP: EDUSC, 2000a.

MAUAD, Ana Maria. *Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005. p. 43-75.

MICHAELIS. *Dicionário Michaelis de Inglês Online*. Disponível em:  
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=sucker>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Cap.1. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. P.13-37.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NAYAK, Meghana V.; MALONE, Christopher. *American Orientalism and American Exceptionalism: A Critical Rethinking of US Hegemony*. In *International Studies Review*, vol. 11, Issue 2, June 2009. Cambridge University Press, 2009. p.253-276. Disponível em:

<[http://www.christophermalonephd.com/Site/Research\\_Interests\\_and\\_Writing\\_files/Malone%20Nayak%20Orientalism%20Exceptionalism%20final%20version.pdf](http://www.christophermalonephd.com/Site/Research_Interests_and_Writing_files/Malone%20Nayak%20Orientalism%20Exceptionalism%20final%20version.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

PIKE, Frederick. *The United States and Latin America: myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin: University of Texas Press, 1993.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão, uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. (Tradução Raul Fiker). Bauru, SP: EDUSC, 2000.

TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VALIM, Alexandre Busko. *Imagens vigiadas: uma História Social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945- 1954. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói. 2006. 302 f.*

VIANA FILHO, Luiz. *Apresentação. In: LIMA, Oliveira. Pan-americanismo (Monroe, Bolivar, Roosevelt) (1907). Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.*

WOOD, Bryce. *The making of the good neighbor policy. EUA, Nova Yorque: W.W. Norton e Company Inc., 1967.*